MEC quer ajuda de juízes na análise de cursos de Direito

O Ministério da Educação quer a ajuda da magistratura do país para avaliar a qualidade das faculdades de Direito. O anúncio foi feito pela consultora jurídica do MEC, Maria Paula Dallari, no III Encontro Nacional de Diretores de Escolas da Magistratura, que aconteceu na sede da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em Brasília.

“Queremos contar com o apoio dos magistrados e escolas de magistratura no credenciamento dessas faculdades que dão cursos jurídicos”, afirmou Maria Paula.

Para Graça Freitas, presidente da Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra), também presente no evento, vários setores da sociedade devem participar da triagem feita nos cursos de Direito, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “A OAB não é o único ator social interessado no cursos jurídicos”, disse.

O diretor da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (Emag 3ª), Newton de Lucca, comentou a iniciativa do MEC de procurar outros segmentos jurídicos para participar do credenciamento das faculdades. “Não basta só a OAB autorizar o selo de uma faculdade. Da carreira jurídica também faz parte a magistratura”, explicou.

Date Created

21/10/2007